



**CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A.**  
**Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**  
 CNPJ nº 01.638.542/0001-57

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Notas		2018	2017	Notas		2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante		<b>25.728</b>	11.141	Circulante		<b>7.706</b>	6.791
Disponibilidades	<b>3b</b>	<b>61</b>	73	Outras obrigações	<b>7b</b>	<b>7.706</b>	6.791
Títulos e valores mobiliários		<b>16.092</b>	2.640	Fiscais e previdenciárias	<b>7c</b>	<b>988</b>	1.037
Carteira própria		<b>16.092</b>	2.640	Diversas		<b>6.718</b>	5.754
Outros créditos	<b>4a</b>	<b>9.163</b>	8.177	Exigível a longo prazo		<b>19.115</b>	18.000
Rendas a receber		<b>2.292</b>	1.300	Outras obrigações	<b>7c</b>	<b>19.115</b>	18.000
Diversos	<b>6a</b>	<b>6.871</b>	6.877	Fiscais e previdenciárias		<b>19.105</b>	18.000
Outros valores e bens		<b>412</b>	251	Diversas	<b>7c</b>	<b>10</b>	10
Despesas antecipadas		<b>10</b>	-	Patrimônio líquido	<b>8</b>	<b>25.566</b>	10.332
Realizável a longo prazo		<b>25.763</b>	22.735	Capital social	<b>7c</b>	<b>262.671</b>	232.823
Outros créditos		<b>25.753</b>	22.735	De domiciliados no exterior		<b>262.671</b>	232.823
Diversos	<b>6c</b>	<b>25.753</b>	22.735	Prejuízos acumulados		<b>(237.015)</b>	(222.491)
Outros valores e bens		<b>10</b>	-				
Despesas antecipadas		<b>986</b>	1.247				
Permanente		<b>67</b>	67				
Investimentos		<b>67</b>	67				
Outros investimentos		<b>67</b>	67				
Imobilizado de uso		<b>490</b>	413				
Outras imobilizações de uso		<b>2.056</b>	1.861				
(-) Depreciações acumuladas		<b>(1.566)</b>	(1.448)				
Intangível		<b>429</b>	767				
Outros ativos intangíveis		<b>1.689</b>	1.689				
(-) Amortização acumulada		<b>(1.260)</b>	(922)				
Total do ativo		<b>52.477</b>	35.123	Total do passivo		<b>52.477</b>	35.123

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		
Prejuízo do semestre		
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		
Prejuízo do semestre		
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
 A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimento, gestão de carteiras administradas, subsidiária do CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédit Agricole Private Banking) 99.999998% com sede na França e do Banco Crédit Agricole Brasil S/A 0,000002% (mesmos valores em 2017) com sede no Brasil.  
 As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.  
 Em 2018 a DTVM consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está baseado na racionalização das equipes, controle cuidadoso dos custos, desenvolvimento de ferramentas que auxiliam a difusão de informação aos clientes e implementação de processos que busquem maior eficiência no atingimento das metas de performance dos produtos. Desta forma, temos alcançado níveis mais altos de ativos sob gestão gerando elevação de receitas através, não só do canal de distribuição próprio, ou seja, de nossa força comercial direta junto aos clientes, mas também através de agentes autônomos e plataformas eletrônicas. Nesse sentido há uma área específica dedicada ao segmento. Nosso objetivo de longo prazo é atuar em ambos os segmentos além de continuarmos a buscar sinergias com outras entidades do Grupo na geração de novos negócios que contribuam igualmente para o resultado da empresa. O reconhecimento da qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental para o contínuo desenvolvimento do negócio.  
**2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), no que forem aplicáveis.  
 Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Distribuidora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:  
 a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução BACEN 4.144/12;  
 b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;  
 c) CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - homologado pela Resolução BACEN nº 4.524/16;  
 d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;  
 e) CPC 04 - Ativo Intangível - homologado pela Resolução BACEN nº 4.534/16;  
 f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN 3.750/09;  
 g) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN 3.989/11;  
 h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;  
 i) CPC 24 - Eventos Subseqüentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;  
 j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.829/09;  
 k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução BACEN 4.535/16;  
 l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados homologado pela resolução BACEN nº 4.424/15; e  
 m) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12.  
 Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.  
 As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.  
 As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2018.  
**3. Resumo das práticas contábeis**  
**a) Apreciação do resultado**  
 As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.  
**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.  
 Em 30 de junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:  

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	<b>61</b>	73
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>61</b>	73

**c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
 De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:  
 • Títulos para negociação;  
 • Títulos disponíveis para venda; e  
 • Títulos mantidos até o vencimento.  
 Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.  
 Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.  
 Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a DTVM tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado.  
 Em 30 de junho de 2018 e 2017, a DTVM não possui instrumentos financeiros derivativos.  
**d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**  
 É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.  
 Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.  
 Em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.  
**e) Investimentos**  
 Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.  
**f) Imobilizado e intangível**  
 Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.  
 O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.  
 O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados.  
**g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)**  
 São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.  
**h) Demais ativos e passivos**  
 Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.  
**i) Imposto de renda e contribuição social**  
 A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.  
 A DTVM não apresentou base tributável em 30 de junho de 2018 e 2017.  
**j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:  
 • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.  
 • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das despesas administradas e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.  
 • Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.  
**k) Resultado por ação**  
 O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.  
**4. Títulos e valores mobiliários**  
 Em 30 de junho de 2018 e 2017, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:  

	2018	2017
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		
a) Composição por classificação		
<b>Custo (I) Contábil Mercado</b>	<b>16.092</b>	<b>2.640</b>
<b>Custo (II) Contábil Mercado</b>	<b>16.092</b>	<b>2.640</b>

Notas		2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>632</b>	496
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	<b>4</b>	<b>632</b>	496
Resultado bruto da intermediação financeira		<b>632</b>	496
Outras receitas (despesas) operacionais		<b>(3.583)</b>	(7.587)
Receitas de prestação de serviços	<b>12</b>	<b>18.890</b>	11.514
Despesas de pessoal	<b>16</b>	<b>(22.757)</b>	(15.943)
Outras despesas administrativas	<b>13</b>	<b>(7.069)</b>	(6.520)
Despesas tributárias	<b>17</b>	<b>(1.139)</b>	(811)
Outras receitas operacionais	<b>14</b>	<b>8.955</b>	5.405
Outras despesas operacionais	<b>15</b>	<b>(463)</b>	(1.232)
Resultado operacional		<b>(2.951)</b>	(7.091)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<b>(2.951)</b>	(7.091)
Prejuízo do semestre		<b>(2.951)</b>	(7.091)
Prejuízo por ação - R\$		<b>0,01123</b>	(0,03046)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas		2018	2017
<b>Prejuízo do semestre</b>		<b>(2.951)</b>	(7.091)
Provisão para gratificação		<b>6.227</b>	3.206
Reversão da provisão para gratificação		<b>(3.924)</b>	(3.490)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas		<b>970</b>	892
Reversão da provisão indevidulada		<b>(364)</b>	(523)
Depreciação e amortização		<b>338</b>	332
Marcação a mercado de TVM		<b>(2)</b>	-
Variações monetárias		<b>(189)</b>	(14)
Avaliação de depósitos judiciais		<b>(809)</b>	(1.257)
Prejuízo ajustado do semestre		<b>(704)</b>	(7.945)
Varição de ativos e passivos			
(Aumento) redução em TVM e derivativos		<b>10.234</b>	10.920
(Aumento) (Redução) em outros créditos		<b>(972)</b>	308
(Aumento) em outros valores e bens		<b>(2.951)</b>	(566)
(Redução) aumento em outras obrigações		<b>(8.347)</b>	(3.078)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<b>(10)</b>	149
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado/intangível de uso		<b>(201)</b>	(115)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<b>(201)</b>	(115)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<b>(211)</b>	34
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		<b>61</b>	39
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		<b>472</b>	73
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<b>(211)</b>	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Ativo/(passivo) 2018	Ativo/(passivo) 2017
<b>Disponibilidades</b>		
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	<b>49</b>	55
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 6.c)	<b>1.189</b>	1.532
Crédit Agricole Suisse	<b>898</b>	788
Amundi - França	-	326
Crédit Agricole Miami	<b>4</b>	165
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	<b>291</b>	253
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 7.c)	<b>(1.452)</b>	(1.174)
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	<b>(1.452)</b>	(1.174)
<b>Receitas/(despesas) 2018</b>	<b>2.709</b>	<b>691</b>
<b>Receitas/(despesas) 2017</b>	<b>1.114</b>	<b>3.809</b>
Receita de prestação de serviços (Nota 12)	<b>1.114</b>	1.265
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	<b>1.655</b>	1.529
Crédit Agricole Suisse	<b>350</b>	324
Crédit Agricole Miami	<b>2.709</b>	691
Amundi - França		
Receta/(despesa) variação cambial prestação de serviços (Nota 14 e 15)	<b>184</b>	14
Crédit Agricole Suisse	<b>49</b>	16
Crédit Agricole Miami	<b>139</b>	(9)
Amundi - França	<b>4</b>	9
Despesa de prestação de serviços (Nota 13)	<b>(169)</b>	(391)
Banco Crédit Agricole Brasil S/A	<b>(169)</b>	(391)
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	-	(14)
Crédit Agricole Paris	<b>(560)</b>	(613)
Convênio de rates de custos comuns (Nota 13)	<b>(560)</b>	(613)
Banco Crédit Agricole Brasil S/A (i)	<b>(560)</b>	(613)
(i) Em 30 de junho de 2018 os valores de rateio de custos comuns com o Banco Crédit Agricole perfaziam o montante de R\$ 3.620 (R\$ 4.192 em 2017) e foram contabilizadas nas respectivas contas de resultado na DTVM.		

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a sua redução de risco.  
**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**  
 A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 6.095 (R\$ 2.450 em 2017), a qual é considerada baseada no custo de longo prazo.  
**10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
**a) Ativos contingentes**  
 Não há ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2018 e 2017.  
**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**  
 Benefícios para processos fiscais e previdenciários são representados por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes, no montante de R\$ 18.911 (R\$ 17.156 em 2017) (nota 7c), como segue:  
 A DTVM vem contestando judicialmente a legalidade de certos impostos e contribuições, principalmente Imposto de Renda sobre Provisões para processos fiscais e previdenciários, em processos judiciais e passivos contingentes, no montante de R\$ 18.911 (R\$ 17.156 em 2017), bem como depósitos judiciais registrados no ativo no montante de R\$ 22.734 (R\$ 19.787 em 2017), julgado suficiente pela administração para fazer face a possíveis perdas. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos ao exame pelas respectivas autoridades em um período de 05 a 30 anos, conforme a natureza tributária.  
 As contingências referentes a processos trabalhistas montam R\$ 194 (R\$ 844 em 2017), para os quais a administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas. Foram constituídos depósitos judiciais no valor de R\$ 17.274.  
 A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	2018		2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Total	Fiscais	Trabalhistas	Total
<b>Saldo no início do semestre</b>	<b>17.941</b>	<b>558</b>	<b>18.499</b>	<b>16.161</b>	<b>856</b>	<b>17.017</b>
Reversão	625	429	1.054	463	892	1.355
Atualização monetária	345	-	345	566	-	566
<b>Saldo no final do semestre (Nota 7.b e 7.c) 18.911</b>	<b>194</b>	<b>195</b>	<b>389</b>	<b>17.156</b>	<b>844</b>	<b>18.000</b>

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	2018		2017	
	Valor Reclamado	Valor Provisonado	Valor Reclamado	Valor Provisonado
Riscos fiscais	<b>18.911</b>	<b>18.911</b>	17.156	17.156
Riscos trabalhistas	<b>194</b>	<b>194</b>	844	844
<b>Total</b>	<b>19.105</b>	<b>19.105</b>	18.000	18.000

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

	2018		2017	
	Valor Reclamado	Valor Reclamado	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais	<b>595</b>	<b>557</b>	-	-
Riscos trabalhistas	<b>1</b>	<b>1</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>558</b>	-	-

Os processos de tributação social são impactados por alterações de legislação e alterações de jurisprudência. Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da DTVM.  
**11. Imposto de renda e contribuição social**  
**Composição do crédito fiscal**  
 O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações  
 Imposto de renda - alíquotas de 15% e 10%  
 Contribuição social - alíquota de 20%  
 Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:  

	2018	2017
Receitas de serviços	<b>13.019</b>	7.636
Prestação de serviços - ligadas (Nota 9.a)	<b>5.828</b>	3.809
Rendas de outros serviços	<b>43</b>	69
<b>Total</b>	<b>18.890</b>	11.514



**CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A.**  
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
CNPJ nº 01.638.542/0001-57

continuação

A Diretoria



José Luiz Gonzaga - Contador - CRC 1SP 132371/O-5

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do CMN, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo suas notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constatar a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê reuniu-se 3 vezes em 2018 para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras desta entidade e Conglomerado para Dezembro 2017 e Junho 2018; (ii) aprovação do regulamento e plano anual de Auditoria Interna conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.588; (iii) e ciência dos principais assuntos Auditoria, Contabilidade e Impostos pelo Auditor Independente, referentes ao 2º semestre de 2017. O Comitê também avaliou os relatórios de Ouvidoria referentes ao 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018. Tomou posse o Sr. Christophe Clevonet como membro do comitê conforme AGE de 19 de Janeiro de 2018 e, apresentou renúncia na mesma data, a Sra. Giliane Coeudery.

São Paulo, 28 de agosto de 2018  
Comitê de Auditoria

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Srs.  
Administradores e acionistas da  
**CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**  
São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P034519/O-6  
Emerson Morelli  
Contador - CRC - 1SP249401/O-4

**JUNTANDO AS PEÇAS, VOCÊ TEM TUDO QUE PRECISA PARA ANUNCIAR SUA PUBLICIDADE LEGAL NO ESTADÃO.**

MELHOR PREÇO  
CREDIBILIDADE  
INOVAÇÃO  
LIDERANÇA  
BUSINESS  
CORPORATIVO  
ESTADÃO  
VISIBILIDADE

**DIFERENCIAL ESTADÃO**

O ESTADÃO AMPLIA SUA ENTREGA.  
O Estadão fornece uma Análise Financeira completa aos seus clientes e utiliza mais de 20 indicadores para entregar um comparativo real da sua empresa em relação ao segmento de atuação.

**AUSTIN RATING**

**MAIS DE 1,8 MILHÃO LEITORES** no Estadão<sup>1</sup> • **5X MAIS AUDIÊNCIA** comparada ao concorrente<sup>1</sup> • **14 VEZES ELEITO** o jornal mais admirado<sup>2</sup>

O MELHOR CONTEÚDO de Economia e Negócios

Agência Estado / Broadcast, premiada entre OS MAIS ADMIRADOS DA IMPRENSA DE ECONOMIA, NEGÓCIOS E FINANÇAS – 2017<sup>3</sup>, reforça seu compromisso da notícia em TEMPO REAL. Esse canal também poderá ser utilizado para divulgação de atos societários.

QUER RESULTADOS? **ESTADÃO broadcast**

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **3856-2080**

Fontes: 1 - Ipsos Connect: EGM Multimídia – julho/16 a junho/17 – Gde. SP – Filtro: AS 10+anos (18.264.400) leitores 7 dias – impresso + digital - Estadão (1.887.800) e concorrente (342.400). | 2 - Pesquisa realizada pelo Grupo Troiano de Branding com exclusividade para a publicação Meio & Mensagem. | 3 - Prêmio "Os mais admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças 2017", realizado por Jornalistas & Cia e Maxpress.